

Pensar as crises

Antoine Casanova

Ex-professor da Université de Besançon e ex-diretor da revista La Pensée.

Rémy Herrera

Pesquisador do Centro Nacional de Investigação Científica – CNRS

Professor do Centro de Economia da Sorbonne (Université de Paris 1, Panthéon-Sorbonne, France) e atual diretor da revista La Pensée. Email: remyherrera@aol.com

*«Aproximamo-nos do estado de crise e do século das revoluções».
Acho impossível que as grandes monarquias da Europa ainda
durem muito tempo: todas brilharam e todo o estado que brilha
está em declínio. Tenho ideias particulares sobre este assunto:
mas não vem a propósito citá-las, para não falar demais»
J.J. Rousseau, 1762, *Emílio ou a educação*, livro II*

Resumo

Fornecer ao leitor material para compreender a crise atual, enquanto crise sistêmica e na perspectiva de “longa duração”. As crises, “de tipos antigo” e “mistas”, que precederam as do capitalismo moderno, são aqui objeto de análise, pois os autores partem da ideia de que a questão de nossa época é a da “refeudalização do mundo”. **Palavras-chave:** crise sistêmica; capitalismo; história econômica.

JEL: B10; B14; E30.

Abstract

The purpose of this article, by Antoine Casanova and Rémy Herrera, is to provide a series of materials to the readers in order to understand the current crisis, to be considered as a systemic one, and in the perspective of “long duration” stepping over crises of “old type” and “mixed” crises that preceded those of modern capitalism. As a matter of fact, the question of our time is that of the “refeudalisation of the world.” **Key words:** systemic crisis, capitalism, economic history.

A crise atual como crise sistêmica

O momento histórico que atravessamos é frequentemente percebido como uma crise financeira que contamina o resto da economia. Na realidade, trata-se de uma crise do capital, considerado na sua totalidade, em que a manifestação mais visível e mediatizada surgiu na chamada esfera “financeira”, assim artificialmente separada da esfera “real” devido à financeirização extrema do capitalismo contemporâneo. Esta crise atinge, então, o verdadeiro centro do sistema capitalista, o coração do poder da finança, definido como constituído pelo bloco de oligopólios bancários (ainda principalmente estadunidenses) que hoje controla a acumulação de capital. Isso, desde o fim dos anos

de 1970 e do “golpe de Estado financeiro” que impôs ao mundo os dogmas do que se intitula “neoliberalismo”.

Uma série de repetidas desordens econômicas atingiu sucessivamente vários países e, depois de mais de três décadas, elas fazem parte da mesma crise estrutural: México em 1982; crise da dívida do Terceiro Mundo nos anos de 1980; Estados Unidos em 1987; União Europeia (incluído o Reino Unido) em 1992-93; México em 1994; Japão em 1995; a chamada Ásia “emergente” em 1997-98; Rússia e Brasil em 1998-99; Estados Unidos novamente em 2000; Argentina e Turquia em 2001... Esta crise se agravou quantitativa e qualitativamente e sua evolução explosiva, no segundo semestre de 2008, estendeu-a espacialmente para o mundo inteiro, a partir do centro do sistema.

Não se trata de uma crise habitual e passageira de liquidez ou de crédito, para a qual o sistema se reorganizaria para recomeçar a funcionar “normalmente”, graças ao desenvolvimento renovado de forças produtivas e no quadro de relações sociais de produção modernizadas.

A crise atual é mundializada, global, sistêmica. E isso de uma maneira e a níveis que ultrapassam todas as crises internacionais do passado: em 1857; em 1907-08; e ainda mais em 1929 e na década de 1930. O que se entende por “crise sistêmica”? Significa que o sistema não encontrou e não encontrará mais soluções internas para a dinâmica contraditória que origina.

Ao longo da sua história, o capital soube forjar instrumentos e instituições (ligadas essencialmente às intervenções estatais e políticas dos Bancos Centrais) que lhe permitiram “administrar” as crises e diminuir, numa certa medida, seus efeitos mais devastadores – pelo menos no Norte – mas sem que jamais as organizações da dominação do capital conseguissem suprimir as contradições fundamentais do sistema. Essas últimas já se tornaram tão profundas e complexas que os riscos reais de colapso do sistema capitalista não podem mais ser ignorados.

Para compreender de maneira razoável esta crise em particular, como as crises em geral, capitalistas ou pré-capitalistas, a referência a Marx permanece para nós absolutamente essencial, pois o (s) marxismo (s), aí incluídas certas “misturas” bem-sucedidas, fornece (m) para esta análise poderosos instrumentos, conceitos, métodos, como também – apesar de muitas dificuldades e incertezas – oportunidades políticas do futuro. Esse é o quadro teórico mais útil que está a nossa disposição para esclarecer a amplitude das transformações atuais do capitalismo em declínio e, mais ainda, para compreender a necessidade das transições pós-capitalistas que se iniciam sob a pressão dos povos em luta.

Retorno às crises “de tipo antigo”

A história da humanidade foi caracterizada pela existência de tipos de sistemas históricos de relações sociais e de modos de produção diferentes daqueles do modo capitalista. Eles comportaram, ao longo dos séculos e de milênios, tipos de relações mercantis inseparáveis de relações sociais de produção que não eram, em seus traços essenciais, relações sociais propriamente capitalistas. Têm como eixo e base (não únicos, mais principais) um sistema capitalista simultaneamente mercantil, industrial e financeiro, e que vai apresentar uma especificidade histórica e antropológica própria.

Esse sistema não se confunde com as sociedades que têm apenas relações mercantis; sistema que foi por muito tempo inédito, como Karl Marx observou e sublinhou no Livro I do Capital¹ (MARX, 1976).

Esse sistema histórico se desenvolveu, durante um longo espaço de tempo, no quadro de coexistências contraditórias – elas mesmas de caminhos diversificados – com as estruturas sociais, econômicas e políticas de tipo senhorial e feudal, o “regime feudal”, para retomar a expressão em curso às vésperas da Revolução. É no Século XVIII, e mais ainda nos séculos XIX e XX, que o sistema histórico das relações de produção capitalistas tornar-se-á, com características e vias diferentes segundo os países, uma realidade massiva e dominante. Nesses movimentos, as relações mercantis, e mais amplamente as relações sociais de produção, vão conhecer transformações e ampliações quantitativas, qualitativas e espaciais consideráveis.

Isso, com duas características em nível antropológico. De um lado, num quadro e em associação ao desenvolvimento de uma profunda revolução das forças e capacidades produtivas, a força de trabalho de milhões de seres humanos tornou-se uma mercadoria cuja aplicação no trabalho, com comando e exploração, foi comprada pelo patronato mediante um salário no “mercado de trabalho”. Por outro lado, o mercado torna-se, desse modo, um mercado de consumo de massa, na medida em que milhões de assalariados não possuem qualquer meio de produção e devem comprar os produtos necessários à sua existência.

Entretanto, destaquemos de novo, durante muito tempo – e com duração e conteúdos muito variáveis segundo os países – as relações mercantis desenvolveram-se no quadro de relações de produção e de sistemas sociais e políticos que essencialmente não eram os do capitalismo. Do século XVI ao XIX, existiram muitas realidades na Europa: de venda, em mercados ampliados, de bens produzidos nos domínios senhoriais, não na base da preponderância do assalariado livre, mas na de estruturas sociais e de relações de produção diferentes. Tais como, por exemplo, a escravatura nas plantações do Sul dos Estados Unidos até à Guerra da Secessão na primeira metade dos anos de 1860. Ou, de modo diverso, na Europa oriental, as transformações da servidão realizadas em associação com a extensão europeia e global – para a época – dos mercados. Ou ainda, em outros contextos, a evolução das relações sociais senhores-camponeses e das estruturas e orientações políticas no reino da França no século XVIII.

Essas realidades são acompanhadas pelo desenvolvimento de contradições, cada vez mais agudas e inseparáveis, simultaneamente técnicas, socioeconômicas e políticas. Esses processos são marcados por crises específicas, repetidas e em muitos casos maiores, muito diferentes daquelas do capitalismo industrial desenvolvido, as “crises de tipo antigo”, estudadas principalmente por Ernest Labrousse (LABROUSSE, 1944) e Pierre Vilar (VILAR, 1982).

Produtividade do trabalho, forças produtivas, contradições

O conhecimento dessas realidades, de suas evoluções, de suas contradições e das crises que as caracterizam, ampliou-se e se refinou nas décadas do fim do século XX e

¹ Ver especialmente dos capítulos I a XV.

no início do século XXI. O mesmo aconteceu com as contribuições preciosas do estudo comparativo, e ainda muito raro como tal, de Guy Lemarchand (LEMARCHAND, 2011). Contudo, há ainda muito a ser feito para melhor entender a dinâmica das contradições que se ligam às crises e as constituem: os retornos repetidos com o aumento complexo, mas forte, dos movimentos sociais ao longo do século XVIII – e, na França, até as últimas décadas antes da Revolução.

Uma dimensão é necessária para esta aproximação: uma visão mais acurada e completa das experiências dos camponeses com relação às ferramentas, com o domínio de sua prática e, assim, o desenvolvimento das capacidades simultaneamente conceituais e operatórias dos trabalhadores. Trabalhos muito esclarecedores, relatórios, pesquisas e estudos foram elaborados sobre este assunto no Século XVIII, na França. A Enciclopédia e as suas ilustrações constituem um apoio magistral. Voltaremos depois a este ponto fundamental.

Outra dimensão, simultaneamente específica e inseparável da precedente, diz respeito à análise das experiências vividas pelos camponeses, com suas inflexões, seus limites e seus obstáculos; obstáculos relacionados aos esforços de incorporação das terras comunais pelos senhores, aos controles e pagamentos multiformes (em tempo de trabalho, em espécie sobre o produto das colheitas das famílias camponesas, ou em pagamento em dinheiro). Esses processos se apoiam sobre os poderes jurídico-políticos da dominação senhorial. Seus desenvolvimentos – no século XVIII na França, e mais tarde no século XIX em outros países – estão ligados aos modos de busca, pelos senhores e seus agentes, de lucros em dinheiro pelas vendas nos mercados em posição dominante.

Não é aqui possível apresentar com precisão esses processos. Eles são inseparáveis das pesadas dificuldades que os produtores camponeses tinham em matéria de crescimento da produtividade do seu trabalho, e entrelaçam-se com os efeitos das desigualdades entre os senhores e as camadas de camponeses. Eles constituem as bases, cada vez mais fortes, das crises locais, cujas amplificações e desencadeamentos ampliam os terrenos e os recuos na segunda metade do século XVIII.

Estes processos são acompanhados de movimentos sociais multiformes cuja força expansiva se acentua na França na década de 1770 e, com mais força ainda, entre 1780 e 1789. Conduzida na França com a “natureza esclarecedora de ondas longas”, a pesquisa de Jean Nicolas mostra “a degradação contínua do ambiente relacional desde o segundo terço do século XVIII, todos os tipos de ações confundidos”² (NICOLAS, 2002).

Aqui é apenas possível mencionar de maneira recursiva alguns aspectos dessas realidades complexas e tocantes. É o caso do conhecimento dos processos de transformação histórica das forças produtivas na zona rural dos séculos XVI ao XVIII e no início do século XIX.

Ferramentas, gestos e capacidades operatórias

A evolução das ferramentas, gestos e capacidades apresentam níveis simultaneamente diversos e articulados entre si. Um deles é constituído pela expansão

² Ver: pp. 538-541. Também: pp. 250-258 e pp. 258-264.

progressiva das capacidades do produtor. Este se torna incessantemente apto a cobrir e abraçar, com melhor conhecimento e ferramentas mais adaptadas, toda a gama de etapas da fabricação de um objeto ou de uma atividade agrícola pluricultural ampliada, diversificada, enriquecida. Os pequenos produtores imediatos que trabalham por conta própria – sendo explorados e vendo o desenvolvimento de suas aptidões e a produtividade de seu trabalho serem obstaculizados pelo peso das diversas formas de cobrança feudal – conseguem, cada vez mais, modificar esta gama de situações em “virtuosidade”, para retomar a expressão de Marx (MARX, 1976, p. 364).

Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, a produtividade do trabalho dos produtores-vendedores autônomos evolui (de modo muito modesto, parcial, pouco espetacular, mas real) não apenas por causa do desenvolvimento da virtuosidade global dos produtores diretos, mas também devido à diferenciação e à especialização das operações e das ferramentas manuais no interior do processo de produção de objetos próprios a essa ou àquela profissão.

No decurso desse período, progredem simultaneamente – consequência e negação potencial do desenvolvimento da adaptação de ferramentas e da virtuosidade do produtor imediato – processos de simplificação, aperfeiçoamento e multiplicação dos instrumentos de trabalho. Estes se encontram cada vez mais “acomodados às funções separadas e exclusivas de trabalhadores parciais” (Ibidem, p. 250). Este período histórico que, na indústria, é o da manufatura, criou “uma das condições materiais do emprego das máquinas, as quais consistem de uma combinação de instrumentos simples”.

Assim, constituem-se as condições da gênese e da expansão de uma etapa qualitativamente nova na escala da história da espécie humana, das forças produtivas. Sua plena expansão vai estar ligada ao desenvolvimento do capitalismo, e contribui para lhe dar as bases materiais de um modo historicamente específico de aumento da produtividade do trabalho humano.

Os traços até agora mencionados são mais intensamente e precocemente desenvolvidos no quadro da produção manufatureira. Entretanto, eles caracterizam o conjunto do movimento das forças produtivas dessa etapa. E, desse ponto de vista, o século XVIII apresenta um atrativo particular: “século no qual se anunciam as perspectivas da máquina, é também [aquele] em que as modificações decisivas dão a algumas ferramentas a sua forma ótima. E é o século que ainda escuta a linguagem de diversas profissões, que a indústria moderna apagou para sempre” (BESSE, 1974, p. 73).

Essas lentas, mas reais transformações das ferramentas e das capacidades produtivas no campo, são de alcance antropológico³ (CASANOVA, 1977).

Aristocracia, lucros em dinheiro, lutas camponesas

Esses processos de transformações lentos, diversificados, de consistência cada vez mais nítida na Europa e, segundo uma realidade específica, na França, desenrolam-

³ Do mesmo autor, “Identité corse, outillages et Révolution française”, Édition du Comité des travaux historiques et scientifiques, XLIX, Paris, 1996.

se no seio de condições e de limites inerentes às formas e às estruturas presas à lógica de uma longa história, pelo modo feudal de produção, no fim do século XVIII. Estas modificações e transformações apresentam traços comuns essenciais, eles próprios inseparáveis de vias e soluções diversas. No conjunto, a classe dominante acaba por atribuir aos impostos operados sobre o trabalho das famílias e comunidades rurais camponesas finalidades e objetivos para os quais eles não tinham sido originalmente elaborados.

Trata-se de fornecer um tipo de sobretrabalho desconhecido do modo feudal de produção em sua primeira forma, onde predominava o valor de uso. O sobretrabalho estava, então, circunscrito pelo círculo de necessidades determinadas. Ele é assim destinado a trazer crescentes rendas em dinheiro para a nobreza. Essencialmente, a aristocracia se esforça em obter o aumento dessa renda em dinheiro pela adaptação e reforço (diretos e indiretos) dos impostos sobre o trabalho dos produtores imediatos camponeses, e não pelos investimentos em capital fixo e pelo desenvolvimento do emprego de assalariados livres.

Os produtores imediatos camponeses possuem (ou administram) os meios – em ferramentas, plantas, gado, relação com a terra, formas de cooperação – de trabalho e devem assegurar eles mesmos também a reprodução da sua própria existência, e inclusive, por meio de uma relação crescente com o mercado, sobretudo na Europa ocidental. Está aí uma diferença qualitativa essencial com o assalariado capitalista propriamente dito.

As vias e traços dos métodos dessa adaptação do modo feudal de produção, pelos quais são buscados esses objetivos de crescimento das rendas em dinheiro, diferem muito profundamente conforme nos encontremos na Europa central e oriental, na Itália ou ainda na França.

Por todo o lado, seguindo modos históricos simultaneamente convergentes e contrastantes, as potencialidades, as necessidades, as exigências – que se ligam ao papel crescente do mercado e a esse movimento das forças produtivas, da qual evocamos a natureza – colocam cada vez mais em questão o modo feudal de produção e o tipo social de crescimento da produtividade do trabalho que caracteriza o fim do século XVII e, em uma parte da Europa, até meados do século XIX.

Esse tipo é ao mesmo tempo fundado sobre a existência de um campesinato (socialmente cada vez mais diferenciado) de produtores-vendedores relativamente autônomos na gestão dos seus meios de produção e sobre uma tendência maciça de captação pela nobreza das terras (principalmente comunais) – e, direta ou indiretamente, do máximo de tempo de trabalho necessário às atividades das famílias das aldeias.

As instituições e as leis do “regime feudal”, obstáculos ao crescimento

A tomada de consciência e o conhecimento pensado desses movimentos de realidades cruzam-se e precisam-se nas décadas de 1770 e 1780. As mobilizações e os protestos assumem acuidade e força em terrenos e modos múltiplos. Vão de processos encaminhados pelos aldeões vilões e pelas comunas contra os senhores, até aos cadernos de queixas e, mais tarde, às pesquisas de empreendedores da burguesia, aos estudos de agronomia (BOURDE, 1967) ou ainda aos relatórios da administração. As

análises e atitudes que aí se expressam têm raízes profundas nas experiências vividas e nas observações que a elas se ligam⁴. Campo de observações e campo de argumentações críticas se articulam cada vez mais nas décadas de 1770 e 1780, com o questionamento do sistema histórico dominante: o da aristocracia senhorial e do “regime feudal” considerado como conjunto institucional sócio-político. Um sistema do qual os críticos identificam e denunciam precisamente o eixo maior – os “direitos feudais” – como constituindo a raiz e o gerador de “inconveniências” (no sentido verdadeiro do termo que ele tinha na época) desastrosas para o povo e o país (BONCERF, 1776).

No decorrer dos anos de 1770 e mais ainda em 1780, os diversos aspectos da crise e seus múltiplos movimentos sociais de rebelião se entrelaçam, se amplificam e, sem se uniformizar, se globalizam.

É esclarecedor constatar que a percepção dos obstáculos essenciais e intransponíveis que o modo de produção feudal – com o sistema de banalidades⁵, sua fiscalidade específica... – acarreta à plena utilização das potencialidades técnicas, ao aumento da produção agrícola, torna-se muito agudo. Isso é incontestável para autores como Pons-Joseph Bernard (BERNARD, 1788), que conseguem questionar as estruturas senhoriais a partir de uma pesquisa de objetivos precisos, concretos, pontuais. Isso vale também para agrônomos, sábios, pesquisadores, proprietários (tal como Antoine de Lavoisier), cuja história e funções levaram a procurar os meios científicos e técnicos de ultrapassar os bloqueios da agricultura do reino. Eles são conduzidos, mesmo no interior do Comitê de Agricultura junto ao Controle Geral das Finanças, a anunciar a essência política desses bloqueios, ou seja, a situar as razões e a raiz ao nível do próprio funcionamento e da lógica das estruturas e das instituições da sociedade do antigo regime.

É o que expressa com clareza o relatório-memória sobre a história e a atividade do Comitê da Agricultura apresentado por Lavoisier, em 31 de julho de 1778, perante o Controlador Geral das Finanças. Não é inútil reproduzir a parte essencial: aquela em que o autor mostra que “o problema de luzes e de instrução não é a única causa que se opõe na França ao progresso da agricultura”, pois, diz ele, “é nas nossas instituições e nas nossas leis que ela encontra os obstáculos mais reais” (LAVOISIER, 1785, pp. 408-409). Ou seja, para Lavoisier, os efeitos do sistema de banalidades senhoriais sobre a produção da farinha e do azeite⁶; ou também o tamanho arbitrário, a corveia, dízimos, etc.

No fim dos anos de 1780, os distúrbios – após a curta pausa que se seguiu às “rebeliões” de 1775 e à “guerra das farinhas” – se intensificam de novo em 1781, 1784, 1788: atingem a cifra recorde de 310 entre janeiro e abril de 1789 (NICOLAS, 2002, p. 538).

Estas transformações, que se elaboram e se acentuam no decorrer das décadas do século XVIII, dificilmente podem ser separadas de um movimento iniciado há muito tempo e que se torna mais denso. Vejamos: o da experimentação, desigualmente

⁴ Entre esses documentos, muitas vezes substanciais e de grande riqueza, destacamos *Mémoire pour servir à l'histoire naturelle de l'olivier* de Pons-Joseph Bernard (1788).

⁵ Direito que o senhor feudal tinha de impor o uso de seu forno, de seu moinho, etc. (N.do T.)

⁶ “A banalidade opõe-se à perfeição da moagem”, escreve Lavoisier em seu relatório.

desenvolvida, mas cada vez mais forte, de exigências e possibilidades que dizem respeito ao conjunto de traços da individualidade social e que traz consigo a lenta, mas real transformação acentuada das forças produtivas e das capacidades humanas que os camponeses são os agentes. “No fim do Antigo Regime”, constata J. Meuvret (MEUVRET, 1988, p. 69) “o contraste na França entre os vestígios desse passado milenar (o das relações dominadas pela nobreza) e as novas exigências da vida prática saltava aos olhos. A exploração agrícola exigia cada vez mais que o seu chefe fosse o único senhor da sua terra. Os beneficiários dos antigos direitos eram apenas rentistas parasitas que extraíam, em geral por intermediários, uma parte de produtos, que nem por seu trabalho, nem mesmo por seus adiantamentos financeiros, podiam ter contribuído para seu nascimento”.

Profundidade da crise, rebeliões e movimentos de categorias de pensamento

São essas evoluções que dão conta do lento, mas nítido desenvolvimento, na população francesa no século XVIII, da tomada de consciência e de novas exigências. Elas se manifestam por um processo de transformação das categorias do pensamento: a visão hierárquica e religiosa da sociedade não desaparece, mas se encontra cada vez mais claramente erodida e acompanhada pela expansão de uma representação em termos terrestres (e cada vez mais explicitamente econômicos, sociais e políticos) da situação, com os males e necessidades que vivem os produtores do campo perante a aristocracia e o Estado real. Os terrenos e locais desses processos podem ser diferentes; mas também podem ter cada vez mais raízes convergentes.

Um desses terrenos é o entrelaçamento entre as experiências feitas no século XVIII – “as duras somas do real”, aquelas da “força educativa dos conflitos” (NICOLAS, 2002, pp. 540-541) – e das elaborações e referências sociais sobre os temas das Luzes (liberdade, justiça, igualdade, direitos naturais). É nesse movimento que se constituem as tomadas de consciência diferenciadas e novas. O poder de observação e de antecipação reflexiva, que desde 1762 (J.J. Rousseau) anuncia o aparecimento de uma crise profunda e global, atesta a presença, ainda pouco conhecida como tal, dessas realidades. Hoje se conhece melhor sua complexidade: decorre da formação intelectual dos redatores de cadernos de queixas das comunas; ela “devia tanto a sua prática social e a seu meio, quanto aos temas dos filósofos e dos economistas” (Ibidem, p. 540). Outro terreno: do caminho em curso nas aldeias, desigualmente firmado, mas com avanços reais, de transformações das categorias de pensamento e das reflexões e das modificações do sistema ideológico e simbólico, legados pelos séculos anteriores.

É na associação entre o movimento das forças produtivas materiais e humanas, do desenvolvimento completo das potencialidades da individualidade dos produtores-vendedores camponeses e, contraditoriamente, do progresso do trabalho assalariado (isto é, um tipo de produtores-vendedores da sua força de trabalho) e das experiências dos conflitos sociais, que se pode em parte situar as raízes amplas e profundas da aspiração das massas de supressão do modo de produção feudal – supressão realizada na

França de modo revolucionário⁷. Na origem do processo de transição do feudalismo ao capitalismo, há, assim, simultaneamente, o desenvolvimento complexo das forças produtivas e a exigência do pleno florescimento das potencialidades da individualidade de milhões de produtores-vendedores; e esse progresso de diversas gêneses – no próprio quadro das unidades de explorações familiares dos produtores por conta própria, artesãos e camponeses – do trabalho assalariado no campo, é dependente de um conjunto de (pequenos ou grandes) produtores-vendedores, viveiro do capitalismo.

Os processos de crises (e as buscas socialmente contraditórias de sua superação) apareciam, assim, de alcance amplo e multiforme: eles tinham raízes na distorção cada vez mais acentuada entre as características, movimentos, campos de possibilidades (socioeconômicas, culturais, individuais...) das forças produtivas camponesas e da evolução do modo feudal de produção.

A Revolução Francesa assume o centro desses processos que dão conta dos diversos modos de passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa e numa grande parte do mundo entre os meados do século XVII e a metade do Século XIX. O desenvolvimento e a transformação – complexos, mas firmes – das forças produtivas humanas, o papel crescente do mercado e da relação do campo com o mercado, a expansão da burguesia, as lutas sociais e culturais nas quais essas situações se expressam e se pensam, criam incessantemente as bases de exigências novas. Estas dizem respeito às aptidões, às formas de cooperação social, às aspirações dos camponeses, dos artesãos, dos assalariados, dos burgueses... Todos, mas em níveis muito variáveis de consciência segundo as classes, os países e os momentos, demonstram cada vez mais nitidamente, entre os anos de 1750 e o meio do século XIX, a necessidade e a possibilidade de serem libertados da vasta rede de impostos (corveia, taxas senhoriais...), de privilégios e de instituições pelas quais os aristocratas de vários reinos asseguram suas posições e riquezas.

Crises mistas...

O problema da transformação da velha sociedade, da passagem à sociedade nova, cresce, assim, com uma força cada vez maior em numerosos países. Ele se coloca simultaneamente nas mesmas datas e apresenta características próprias em cada um deles. Ele recebe tipos de soluções profundamente diferentes. Encaminha-se em direção ao capitalismo no quadro de reformas limitadas fundadas sobre um acordo entre a aristocracia e a burguesia, realizado à custa dos camponeses obrigados a pagar pesadas indenizações em terra e dinheiro aos nobres, em troca da abolição dos direitos senhoriais. Esta via, de rudes e pesadas consequências para os trabalhadores como para

⁷ K. Marx, *Le Capital*, Livre I, capítulo XXXIII, p. 203: “Apropriedade privada do trabalhador sobre os meios da sua atividade produtiva é o corolário da pequena indústria agrícola ou manufatureira e constitui o viveiro da produção social, a escola onde se elaboram a capacidade manual, o engenho e a individualidade livre do trabalhador. Claro que este modo de produção se encontra no meio da escravatura, da servidão e outros estados de dependência. Mas não prospera e não desenvolve toda a sua energia, não apresenta a sua forma integral e clássica senão quando o trabalhador é o proprietário livre das condições de trabalho que executa, o camponês do solo que cultiva, o artesão das ferramentas que usa, como o virtuoso o seu instrumento”.

a democracia, será a dos países da Europa do Leste e, com formas diferentes, da Itália do Sul e da Espanha⁸.

As características das diversas vias tomadas por esses países não podem ser examinadas com precisão no quadro deste artigo. Digamos apenas que, na Rússia do século XIX, os esforços – dada a venda no mercado – para combinar corveia e trabalho servil (para uma parte essencial, sob a forma de impostos em dinheiro sobre as posses dos camponeses) pelo grande proprietário nobre na base do trabalho, do material e de métodos do servo camponês, não seriam mais conciliáveis com o crescimento da produtividade agrícola. As evoluções das situações serão em parte diferentes nas empresas industriais, onde já se utilizavam, na Rússia no século XVIII, servos transformados em operários, na metalurgia. Essas contradições e esses obstáculos sobre a produtividade se modificaram sem desaparecer, no contexto da reforma de 1861 (LÉNINE, 1974).

Os Estados Unidos da América constituem um caso histórico esclarecedor – experimental, se assim se pode dizer. Nele assistimos à revolução contrastada, no seio da mesma nação, de relações de mercados internacionais que ocorreram no quadro de tipos de relações sociais e políticas muito diferentes: a escravatura no Sul “que se apoiava na Inglaterra”⁹; o capitalismo com agricultores e assalariados livres no Norte.

O problema, fundamental no Sul, é que a produção para os mercados se faz, nas grandes propriedades, com o trabalho de escravos para cultivar os produtos mais rentáveis nas melhores terras. A produtividade (em geral) relativamente baixa do trabalho escravo e as exigências da cultura do algodão esgotam os solos e incentivam os grandes proprietários a procurar novas terras em direção ao Norte. Daí decorre uma fonte de confronto incessante com os produtores, patrões e operários livres do Norte.

Na véspera da Guerra da Secessão, os estados escravistas continuavam incapazes de prover suas próprias necessidades. Exportavam a maior parte de seu algodão bruto (mais de 75%, em 1860), mas estavam impedidos de importar cereais, alimento para o gado, carne.... É esse movimento que, entre 1800 e 1860, alimenta uma teia de conflitos – simultaneamente técnicos, sociais, econômicos, alfandegários, territoriais, éticos e políticos – que acabou por levar à Guerra da Secessão.

Voltemos à França, onde uma vasta tentativa para seguir um caminho de conciliação foi feita entre 1789 e 1791. Ela tomou a forma de um compromisso político entre a alta burguesia e a aristocracia, socialmente fundada na obrigação imposta aos camponeses de pagar pesados direitos de reembolso aos nobres. Mas a evolução e o aguçamento das lutas de classes entre a Revolução e a Contra-Revolução, a ação dos “sans culottes” e, principalmente as longas, maciças, múltiplas iniciativas autônomas do movimento camponês, impuseram uma via burguesa democrática, ou seja, os termos de um compromisso entre a burguesia e as massas populares, e não uma transição estreitamente burguesa e conservadora – de tipo italiano, por exemplo.

Esse compromisso foi marcado, em 1793, pela abolição definitiva e sem indenização dos direitos senhoriais e pela instauração ou, pelo menos algumas vezes a

⁸ Sobre o caso da Espanha, ler especialmente Pierre Vilar, 1947, *Histoire de l'Espagne*, PUF, Paris.

⁹ Conforme o prefácio de Roger Dangeville da *La Guerre civile aux États-Unis (1861-1865) por K. Marx e F. Engels*, 1970, UGE – collection 10-18, Paris.

proclamação, em todos os domínios, de medidas de uma força democrática desconhecida em outros lugares.

Pensemos aqui, entre outros avanços, no estabelecimento do sufrágio universal – para os cidadãos masculinos – nas decisões referentes à partilha igualitária dos bens comunais cultiváveis, na venda de bens nacionais, ou ainda no caráter de projetos de educação de Louis Michel Lepeletier de Saint-Fargeau que foram, após o seu assassinato por um realista, em 21 de janeiro de 1793, dia da execução de Luís XVI, apresentados à Convenção por Maximilien Robespierre.

Pensemos também nas orientações e princípios proclamados na Constituição de 24 de junho de 1793 ou no aprofundamento da concepção – “montanhesa”, inspirada em Jean-Jacques Rousseau – dos direitos humanos e cívicos operada pela Segunda Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Ela termina reconhecendo o direito e o dever de insurreição do povo em caso de opressão¹⁰.

.... Crises modernas

Afinal, não nos encontramos na crise sistêmica com indicadores impressionantes de “neofeudalização do mundo”, para retomar aqui a expressão de Jean Ziegler? Capitalismo financeiro e nova “feudalidade” não estão presentes nesta crise do capitalismo moderno, como antigamente a senhoragem e o grande mercado nas crises que qualificamos de mistas?

No contexto da crise sistêmica do capital financeiro mundializado, a que voltaremos mais adiante, os problemas, no século XIX, das relações entre o movimento das forças e capacidades produtivas da humanidade e o sistema dominante das relações sociais de produção se encontram ao mesmo tempo prolongados e profundamente transformados. Mencionamos aqui resumidamente apenas algumas dimensões.

Estas questões também nos reenviam a um campo consideravelmente renovado, cujas características apareceram de maneira cada vez mais clara nos anos 2000: a informatização, seus objetos, seus campos, que conheceram desenvolvimentos e ampliações quantitativas e qualitativas.

Os processos e os problemas da numeração binária cristalizam e dão a conhecer algumas de suas características maiores. Com a emergência, depois os desenvolvimentos e a difusão cada vez mais forte dessas realidades nas relações sociais em suas dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas, há algumas décadas, somos todos atores e espectadores da entrada em uma nova etapa das capacidades e das forças produtivas da humanidade.

Um imenso campo de possibilidades está aberto para o melhor e o pior. Os cidadãos nas suas diversidades serão, todos e cada um, os agentes associados portadores do domínio dessas mutações das capacidades humanas, ou bem as tomadas de decisão sobre a maneira de entender e depois de conduzir as coisas continuarão a ser, no essencial, orientadas pelos privilegiados que dominam uma sociedade a várias velocidades?

¹⁰ O 35º e último artigo da Constituição de 1793 declara: “Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é, para o povo e para cada porção do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres”.

Não existe nenhuma fatalidade num sentido ou noutro. A contribuição das pesquisas históricas nos mostra, com efeito, que não há aqui nem arbitrariedade nem fatalismo tecnicista, positivo ou negativo. De um lado, uma vez que novas capacidades de ação sobre a natureza são inventadas, pois socialmente objetivadas em conjuntos operativos materiais, elas fazem sociedades humanas e o conjunto das suas relações sociais entrarem num campo histórico novo, específico e original de possibilidades, de limites, de exigências, de riscos.

Pelo contrário, este novo campo é, insistimos, um campo de possibilidades, onde nada é fatal, unilateralmente determinado: são, com efeito, vias e escolhas de estratégias contraditórias que se desenvolvem, se chocam com a orientação (econômica, social, cultural, política) predominante para se valorizarem, para responder aos desafios do campo histórico novo.

Isso foi verdade ontem, em outros contextos e em outras vias; isso é incomensuravelmente ainda mais verdadeiro hoje.

Os caminhos diferenciados, os traços dominantes das lógicas e do “espírito das leis” (para retomar o conceito, denso, de Montesquieu) econômicas, sociais, políticas, que habitam esses caminhos, nada têm de linear. Eles são profundamente contraditórios. É nesse sentido que a nova etapa das capacidades e das forças produtivas humanas mencionadas mais acima e as facetas diferenciadas das estratégias políticas postas em ação nas condutas da numeração binária que a ela se associam, nos colocam perante um imenso desafio, “aquele que constitui, para nós, *hic et nunc*, a ambivalência formidável desta esplêndida invenção” (JEANNENEY, 2010, p. 51).

Voltemos ainda um instante em direção ao que constitui os paradoxos essenciais das forças e das capacidades produtivas dos seres humanos neste início do século XXI; esses “paradoxos da economia do imaterial” que foram distinguidos e sublinhados por certos ideólogos e estrategistas da grande burguesia, principalmente na França (LÉVY; JOUYET, 2006)¹¹.

Os “paradoxos da economia do imaterial”

Nas décadas da segunda metade do século XX e mais ainda no início do século XXI, tornou-se cada vez mais possível objetivar em sistemas materiais processos complexos (memória, cálculo, operações de comando programadas, elaboração de símbolos...) das capacidades intelectuais humanas. O movimento desta transformação ampliou de forma poderosamente inédita as capacidades simbólicas, os modos de comunicação e de atividade do espírito humano. Ele nos levou a uma transformação profunda das capacidades e das forças produtivas da espécie humana, assim constitutiva – como André Leroi-Gouhan tinha afirmado desde 1964-1965 – de uma nova etapa da hominização (LEROI-GOURHAN, 1964-1965). Verdadeira “revolução informacional”, que não se trata, verdadeiramente falando, de realidades “imateriais” (termo filosoficamente desprovido de sentido aqui), mas de ferramentas materiais

¹¹ Sobre esse documento, ver especialmente o artigo de Claude Gindin, 2007, “L’Argent de l’immatériel”, *La Pensée*, n° 35.

historicamente específicas, nas quais se podem objetivar o *logos*, isto é, capacidades intelectuais e simbólicas, com a *techné*.

Não há, lembramos de novo, nas relações entre as transformações históricas das forças produtivas e das capacidades humanas, e mesmo nos movimentos das sociedades, nem fatalidade nem determinismo (positivos ou negativos em seus efeitos) devido à ação das ferramentas consideradas em si mesmas e fora de suas interações com as exigências, as atitudes, as estratégias que se enraízam nas contradições das relações sociais.

Nos nossos dias, o local, o papel, os impactos das potencialidades da revolução informacional só são compreensíveis nas suas relações com os movimentos das relações sociais. Isso com os conflitos sociais, políticos, ideológicos que aí se enraízam a partir de estratégias das forças sociais em conflito: estratégias que querem orientar, regular os conteúdos e as vias diferenciadas da implantação de utilizações econômicas, sociais, políticas de características históricas e potencialidades inerentes à revolução informacional. Os dados, as características, as possibilidades e as perspectivas que aí se vinculam são, sem dúvida, mais ampla e profundamente contraditórias do que ontem.

Estas dimensões e estas características contraditórias do campo histórico e antropológico assim aberto são constitutivas dos “paradoxos da economia do imaterial”, para retomar os termos de Maurice Levy e Jean-Pierre Jouyet (LÉVY; JOUYET, 2006). Esses “paradoxos” atestam a ambivalência fundamental das possibilidades e das consequências contraditórias, para os sujeitos humanos e suas relações sociais e ideológicas. Isso, em função do tipo de estratégia que domina as políticas econômicas, sociais e ideológicas.

As empresas visam, preponderantemente, implantar a revolução informacional de maneira que possam ser inovadoras. Mas isso com estratégias e objetivos específicos: assegurar a manutenção e o crescimento dos lucros no quadro de uma concorrência mundial incentivada e intensificada. Mas de modo a constranger, em empresas de diferentes tipos, assalariados que são portadores de fortes qualificações. E, sem que verdadeiramente seja abolido o enquadramento hierárquico tradicional, esses sujeitos humanos são também submetidos a uma vigilância permanente mediante máquinas com *software* de gestão integrada; ou ainda em razão de um contato mantido permanentemente com o nível hierárquico superior via o computador ou o celular pessoal.

Estes novos tipos de pressão (e isso sem que a penosidade física tenha desaparecido) são geradores de tensão e stress (Ibidem, p. 26). A estratégia econômica e a política de busca ampliada de lucros e a concorrência das empresas (e de outras maneiras, dos Estados) determinam, num paradoxo maior, utilizar meios inéditos da revolução informática para vigiar, controlar, aumentar empregos precários e demissões, aumentando a angústia.

É nesse sentido que não são os computadores ou os robôs que transformam negativamente o status e a vida dos assalariados. É isso desnaturalizando e reduzindo as imensas capacidades e potencialidades da revolução informacional. É igualmente nesse sentido que, parafraseando Lavoisier, em outro contexto, se poderia dizer que os traços simultaneamente antigos e inéditos da exploração dos seres humanos se opõem

radicalmente às capacidades de eficiência potencialmente libertadora da revolução informática.

O “paradoxo da gratuidade”

“O paradoxo da gratuidade” acha-se confirmado por outro, aquele dos “paradoxos essenciais da economia do imaterial”: a vertente das associações e das redes, onde não domina o “espírito das leis” dos lucros, da concorrência feroz, como eixo e alma da utilização da revolução informacional” (Ibidem, pp. 22-26).

Com o desenvolvimento das características próprias da revolução informacional, pode-se observar uma tendência de fundo que representa um quadro e condições constitutivas da eficácia criativa, livre, a da gratuidade multiforme, como (e ao contrário dos sistemas de vigilância e de constrangimentos mencionados acima) conjunto social, coletivo, pessoal, que julga ser um estimulante precioso, alimentador e insubstituível (e fora das pressões da concorrência), mais como “fator de liberdade do que de precaridade”.

Mas voltemos aos assalariados que trabalham no quadro das empresas da “economia do imaterial”, marcadas pelo contexto das estratégias de controles incessantes dos diretores e, atrás, dos acionistas financeiros, que exercem pesos múltiplos sobre a existência e a vida psicológica.

Em seus artigos, livros e combates, um pesquisador e cidadão como Christophe Dejours, psiquiatra e psicanalista¹², demonstrou as características dessa situação. Isso com a postura axial da submissão a uma “mobilização permanente geradora de tensões e de stress”: assim, a passagem “de uma economia industrial a uma economia imaterial baseada nos serviços tem um impacto relativamente ambíguo sobre o trabalho e sua organização. Mas, [isso] permite vislumbrar um trabalho mais interessante, mais rico, menos penoso e menos fragmentado que na organização taylorista do trabalho. Ao mesmo tempo, as novas organizações geram a sua própria penosidade e seus próprios obstáculos, sem que certas tarefas particularmente difíceis tenham desaparecido” (LÉVY; JOUYET, 2006, p.27).

E, ao mesmo tempo, na nossa época, existe, sublinhamos, um paradoxo maior que atesta a inutilidade dos discursos que enchem os diversos suportes da ideologia dominante: estas ferramentas, conhecimentos, práticas da revolução informacional não decretam nem organizam em nada as supressões de emprego, a precaridade, o sofrimento no trabalho e o aumento de suicídios em relação ao referido sofrimento no trabalho. Elas podem colocar – e isso poderia aumentar se as mobilizações se ampliam à altura dos desafios –, nos quadros e contextos que se tornem dominantes, que não sejam os da lógica do aumento dos lucros, concorrências planetárias, guerras econômicas, ou seja, das guerras¹³.

No quadro do contexto histórico e antropológico do desenvolvimento da revolução informacional, como demonstrou Christophe Dejours, “a exaltação pelas

¹² Christophe Dejours é também professor do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios e diretor da revista *Travailler*.

¹³ Ler sobre esse assunto: Rémy Herrera, 2013, «Crise et guerre sont-elles liées ? », *Innovations – Cahiers d’Économie et de Management de l’Innovation*, vol. 2013/3, n° 42, pp. 175-194, Bruxelles.

direções das empresas da *performance* individual é acompanhada de uma baixa da produtividade. Uma melhor cooperação na empresa permite escapar do stress que leva por vezes ao suicídio”¹⁴.

E é nos contextos sociais e políticos de desenvolvimento baseado nas partilhas, nas cooperações (e não sobre a concorrência ou as guerras econômicas) e na gratuidade¹⁵, adequado ao mundo do início do século XXI, que transformações por vezes concretas e libertadoras podem adquirir força e consistência.

Colocação em perspectiva da crise atual

Parte integrante da dinâmica contraditória da reprodução ampliada do capital, a crise atual se interpreta como crise de sobreacumulação (HERRERA; NAKATANI, 2008). Decorrente da anarquia da produção capitalista e pressionada à baixa tendencial da taxa de lucro quando as contratendências (aí incluídas aquelas ligadas à realização de lucros financeiros) acabam por se esgotar, esta sobreacumulação se manifesta através de um excesso de produção vendável, não devido a uma insuficiência de pessoas que precisem ou tenham desejo de consumir, mas porque a concentração das riquezas exclui uma proporção cada vez maior da população da possibilidade de comprar esses bens.

Mas em vez de enfrentar uma superprodução *standard* de mercadorias, a expansão do dinheiro de crédito permite que o capital acumule sob as formas de capital-dinheiro, cada vez mais abstratas e irrealis, fontes de valorização autonomizadas e de aparência separada da mais-valia, ou apropriadas sem trabalho, “como por magia” poderia ter dito K. Marx (MARX, 1976)¹⁶. Hoje, vetores privilegiados desse “capital fictício” são a securitização e os produtos derivados, pelos quais o capital parece funcionar tal como um autômato – ou talvez um autocrata (Ibidem, quarta seção, capítulo XV).

A crise que explodiu no compartimento chamado de “subprimes” do mercado imobiliário estadunidense foi preparada por décadas de sobreacumulação de capital fictício. Nessas condições, convém entender a presente crise na perspectiva de um longo ou médio período de agravamento de disfunções dos mecanismos de regulação do sistema mundial colocado sob a hegemonia dos Estados Unidos. Estas disfunções, que remontam pelo menos à acumulação de capital-dinheiro dos anos 1960, estão claramente ligadas aos déficits estadunidenses – causados em parte pelas despesas militares da guerra do Vietnã –, às tensões sofridas pelo dólar e à multiplicação dos eurodólares, depois dos petrodólares, sobre os mercados interbancários.

Nesse processo, alguns acontecimentos desempenharam um papel crucial, entre os quais a decisão dos Estados Unidos, a partir de 1971, de dismantelar os acordos de

¹⁴ Christophe Dejours, 2011, « Sortir de la souffrance au travail », *Le Monde*, 22 février.

¹⁵ Les observateurs de *L'Économie de l'immatériel* le notent avec pertinence, et avec sans doute aussi une inquiétude vigilante : « Dans notre culture marchande, il est rare que des individus acceptent de travailler sans rémunération, et dans l'intérêt de tous. L'internet pour les médias des masses a contribué à donner naissance à cette « économie de l'immatériel ». Il ne s'agit plus seulement d'une économie de marché, mais d'une économie avec marché, doublée d'une économie de la “gratuité”. L'économie de marché traditionnelle ne va pas disparaître, mais une économie ave marché, ou économie “plurielle”, va favoriser des échanges autres que marchands (temps contre temps, temps contre valeur, temps contre information, information contre temps, information contre information...) » (Op. cit, p. 25).

¹⁶ K. Marx, 1976, *Le Capital*, Livro I, segunda seção, capítulo IV.

Bretton Woods e de acabar com a conversibilidade do dólar em ouro. Daí a desregulamentação dos mercados monetários e financeiros do fim dos anos de 1970 e a liberalização das taxas de juros. Na origem desses processos de desregulamentação e de (re) regulamentação, está a ação dos oligopólios financeiros, depois a integração dos mercados financeiros no seio de um mercado globalizado, que deslocaram em direção à alta finança, o centro de gravidade do poder mundial, que tinha perdido após a crise de 1929.

As contradições que esta crise revela mergulham suas raízes no longo prazo, no esgotamento dos diversos motores de crescimento do Pós-guerra, pressionando o sistema à financeirização. Assim, as formas de extração de mais-valia e da organização da produção tinham tocado seus limites, e deviam ser substituídas por novos métodos (tipo Kanban) e (re) impulsionadas pelo progresso tecnológico (a informática, a robótica...), alterando as bases sociais da produção, principalmente por uma substituição acelerada do trabalho pelo capital.

Após uma sobreacumulação concentrada cada vez mais sob a forma de capital-dinheiro, o excesso de oferta acentuou a pressão à queda das taxas de lucro, observada nos países do centro desde o fim dos anos 1960. Para tentar – sem êxito – resolver esse problema, a Reserva Federal (Fed) estadunidense tinha unilateral e brutalmente elevado suas taxas de juros (em outubro de 1979), marcando a entrada na era chamada de “neoliberalismo” – que permanece uma palavra vazia se não for dotada de um conteúdo de classe e se não estiver associada ao poder dos oligopólios da alta finança moderna.

Crise do capitalismo, desvalorização do capital, aumento de perigo

A crise das “subprimes”, pela qual numerosas famílias pobres se encontraram sem capacidade de pagamento, explica-se igualmente por trinta anos de políticas neoliberais que destruíram e cortaram salários, flexibilizaram empregos, massificaram o desemprego e degradaram as condições de vida; políticas que cortaram a procura e seus mecanismos, tornando-a insustentável. No Norte, o crescimento só pode ser mantido em regime neoliberal, dopando artificialmente a procura de consumo privado e forçando as linhas de crédito – e é essa expansão do crédito que revela uma originalidade da crise de sobreacumulação atual.

É no coração da dinâmica da economia estadunidense que nasceu a crise; uma economia caracterizada, nas suas relações com o exterior, pelo ajustamento de seus desequilíbrios enormes implicando uma drenagem de capitais estrangeiros, na forma de punção operada pelas classes dominantes estadunidenses sobre as riquezas do mundo, e, no interior dos Estados Unidos, pelo inchaço exorbitante do capital fictício e uma concentração de riquezas sem equivalência há mais de um século. Em uma sociedade em que massas de indivíduos cada vez mais numerosas estão excluídas e deixadas sem direitos, a ampliação das oportunidades ofertadas aos proprietários do capital podia retardar a desvalorização do excedente de capitais colocados sobre os mercados financeiros; mas certamente não a podem evitar.

A primeira manifestação desta crise foi uma destruição brutal do capital fictício. Esta espiral descendente do valor dos ativos foi acompanhada de uma perda de

confiança e de uma situação de iliquidez no mercado interbancário – num mundo, entretanto, altamente líquido. Em um contexto onde os preços dos títulos e os riscos que os caracterizam são muito mal avaliados, porque não são avaliáveis, os problemas se deslocaram do segmento das “subprimes” para o dos créditos imobiliários, depois para os dos empréstimos solváveis, antes que a implosão da “bolha” dos instrumentos lastreados em hipotecas imobiliárias contaminasse outros segmentos de mercados financeiros, e finalmente o mercado monetário propriamente dito. É assim que todo o sistema de financiamento da economia foi bloqueado.

A desvalorização do capital, com o desaparecimento do crédito, principalmente ao consumo, mergulhou as economias na depressão – conjuntamente, a partir de 2007, mas, estruturalmente, em um ambiente onde um máximo parecia ter sido atingido por vários recursos naturais estratégicos (o petróleo) e onde a procura de fontes de energia alternativas coloca limites objetivos ao crescimento.

Uma das dimensões mais preocupantes da crise atual é o endividamento dos Estados e as dificuldades provocadas nas finanças públicas, aí incluídas as locais, principalmente em matéria de orçamentos sociais. Os piores efeitos da crise são, então, suportados pelas frações mais pobres das classes populares, com danos amplos e profundos, compreendendo, no Norte, desemprego, pobreza, miséria generalizada, sofrimento no trabalho (quando ele existe), fenômenos de colapso psicológico individual, de que já mencionamos anteriormente e, no plano político, subida da extrema-direita sob suas diversas variantes, varrendo um espectro do religioso ao neofascismo, passando pelas variantes da direita tradicional – para não falar das da “esquerda” sócio-liberal.

Da impossibilidade das políticas ortodoxas às ilusões keynesianas

A resposta anticrise dos governos do centro do sistema mundial capitalista consistiu em coordenar as ações dos seus Bancos Centrais a fim de injetar a liquidez no mercado interbancário para criação de dinheiro primário, oferecer linhas de crédito suplementares aos oligopólios bancários e reduzir as taxas de juros, para colocá-los, logo após, abaixo de zero. O objetivo era travar a queda da Bolsa e limitar a desvalorização do capital fictício para que um máximo de produtos derivados fosse pago o mais perto possível de seus valores face; mas era igualmente, e simplesmente, para evitar que não se afundasse o sistema de financiamento capitalista inteiro (HERRERA; NAKATANI, 2009). Pois, por mais incrível que possa parecer, esse último atingiu o fundo do poço em meados de setembro de 2008.

O ponto de inflexão foi sem dúvida a não intervenção das autoridades monetárias estadunidenses quando da falência do banco Lehman Brothers e da gravíssima desestabilização do sistema que se seguiu. Em algumas horas, o Banco Central e o Tesouro Nacional estadunidenses mudaram de “invólucro”. Foi decidido nacionalizar e recapitalizar os estabelecimentos em perigo, suspender vendas a descoberto, abrir aos *primary dealers* linhas de crédito em condições favoráveis, auxiliar na centralização do poder dos oligopólios financeiros no seio de estruturas de propriedade ainda mais concentradas, trazer a garantia do Estado aos títulos «tóxicos»...

E, medida completamente fundamental, em outubro de 2008, a Reserva Federal (Fed) estendia aos Bancos Centrais do Norte e de vários países chave do Sul o seu dispositivo de “*swap lines*” ou “arranjos recíprocos temporários sobre divisas”, os quais eram feitos quase de forma ilimitada... com recapitalizações de uma Fed quase sem fôlego... Tudo isso, de maneira perfeitamente antidemocrática, sem o menor debate, e sob os olhos de pessoas que tomam cada vez mais clara consciência de que o Estado as faz pagar pelo salvamento de uma alta finança que o domina.

Em um contexto de incertezas muito grandes em escala internacional, a criação em massa de dinheiro primário e a fixação de taxas de juro perto do zero, por um lado, e por outro, o cruzamento dos déficits orçamentários e o crescimento desmesurado das dívidas públicas, acarretaram uma depreciação relativa do dólar e uma “guerra das moedas”. Esta última foi momentaneamente ganha (mas por quanto tempo?) pelos Estados Unidos, que dispõem de uma arma extraordinária: a de poder criar – sem limite, pelo menos na aparência – dinheiro, reserva de valor internacional, aceita pelos outros países. Assim, conseguem obrigar o resto do mundo a aumentar as taxas de câmbio do dólar que melhor convêm a sua estratégia de dominação, mas também a prosseguir as políticas neoliberais. O resultado é, no centro do sistema mundial capitalista, uma quase estagnação.

As políticas anticrise e seus iniciadores, nem sempre provêm dos dogmas da ortodoxia econômica. Se a persistência e a gravidade da crise favorecem certo retorno das teses keynesianas, estas só formulam, na maioria das vezes, visões apenas “reformistas”, reclamando modificações mínimas do funcionamento do sistema capitalista a fim de conseguir sobreviver mais algum tempo. Outro capitalismo, “de rosto humano”, sem crise sistêmica nem guerra imperialista, não é possível (HERRERA, 2010).

Guerras imperialistas às saídas de crises pós-capitalistas

Entretanto, a militarização tornou-se a modalidade de existência do capitalismo destruidor. A crise exige a guerra, que está integrada ao ciclo econômico como forma extrema de destruição do capital, mas também, politicamente, enquanto meio de reproduzir as condições do comando da alta finança sobre o conjunto do sistema.

Lembramos que durante a Guerra Fria, a expansão das forças produtivas nos Estados Unidos tinha sido em parte impulsionada pela despesa militar, através da corrida aos armamentos e ao progresso técnico a ela associado. Hoje, os orçamentos da defesa permanecem consideráveis (perto de 5% do produto interno bruto norte americano e cerca de 45% das despesas mundiais). O complexo militar industrial continua desempenhando um papel chave, embora sob o jugo da alta finança, cujo poder sobre as empresas de armamento é crescente e se recupera da tomada de controle da estrutura de propriedade do seu capital pelos investidores institucionais, eles mesmos mantidos pelos oligopólios financeiros.

Embora seja uma fonte importante de rentabilidade para o capital, a despesa militar não permite vislumbrar a retomada da acumulação. Pelo contrário, a continuação de guerras imperialistas exacerba ainda mais as contradições intrínsecas do sistema

capitalista – especialmente quando uma das consequências maiores da crise poderia ser um aprofundamento do confronto Norte-Sul (ou Norte-Sul e Leste).

A probabilidade de agravamento da crise atual, como crise sistêmica, é hoje elevada. As condições parecem reunidas para que isso aconteça. O capitalismo, ferido no centro de seu sistema de poder, conheceu outras crises de que sempre saiu mais concentrado e poderoso. É ilusão acreditar que ele vai se afundar sozinho sob o efeito da crise que atravessa. Isso quer dizer que vamos ainda sofrer durante muito tempo os males desse sistema declinante. Se o problema estrutural para a sobrevivência do capitalismo é o de pressionar a queda da taxa de lucro, e se a financeirização não for para ele uma solução durável, tudo o que esse sistema oferece, até à sua agonia, é uma acentuação da exploração do trabalho.

Para conseguir relançar um ciclo de expansão no centro do sistema mundial, a crise que sofremos deveria destruir volumes gigantescos de capital fictício, largamente parasitário. Mas como já dissemos, as contradições são hoje tão difíceis de resolver para o capital que tamanha desvalorização correria o risco de empurrá-lo em direção ao fundo. A atual situação assemelha-se, assim, ao início de um longo processo de degenerescência do estado atual do sistema capitalista, oligopolista e financeirizado; um processo que abre amplas perspectivas de transição, onde a luta de classes vai se complexificar e endurecer ainda.

Isso nos obriga a pensar, discutir e reconstruir alternativas de transformações sociais e democráticas pós-capitalistas, isto é, socialistas. Alternativas que, para além de nossas diferenças, somos muitos a desejar.

Tradução: Manuela Antunes, ODiario.info e Rosa Maria Marques, PUCSP.

Referências

BERNARD, Pons-Joseph. **Mémoire pour servir à l’histoire naturelle de l’olivier**, 1788.

BESSE, Guy. Aspects du travail ouvrier en France au XVIIIe siècle. In: **Essays on Diderot and the Enlightenment in Honor of Otis Fellows**. Genève: Histoire des idées et critique littéraire, 1974, p. 73.

BONCERF, Pierre-François. **Des Inconvénients des droits féodaux**. Paris: Valade Librairie, 1776.

BOURDE, André. **Agronomies et agronomes en France au XVIIIe siècle**. v. 3. Paris: S.E.V.P.E.N., 1967.

CASANOVA, Antoine. Techniques, société rurale et idéologie en France à la fin du XVIIIe siècle. In: **Annales de l’Université de Besançon**. Paris: Les Belles-Lettres, 1977.

HERRERA, Rémy; NAKATANI, Paulo. La Crise financière: racines, mécanismes, effets. In: **La Pensée**, n° 353, pp. 109 e 110. 2008.

HERRERA, Rémy; NAKATANI, Paulo. Critique des politiques anticrise orthodoxes. In: **La Pensée**, n° 360, pp. 31 e 32. 2009,

HERRERA, Rémy. **Un Autre Capitalisme n'est pas possible**. Paris: Syllepse, 2010.

JEANNENEY, Jean-Noël. **Quand Google défie l'Europe**: Plaidoyer pour un sursaut, Mille et Une Nuits. Paris: Fayard, 2010, p. 51.

LABROUSSE, Ernest. **La Crise de l'économie française à la fin de l'ancien régime et au début de la Révolution**. Paris: PUF, 1944.

LAVOISIER, Antoine de. **L'Administration de l'agriculture au Contrôle général des finances**. Procès-verbaux et rapports, 1785-87.

LEMARCHAND, Guy. **Paysans et seigneurs en Europe**: une histoire comparée. Rennes: PUR, 2011.

LENINE, V.I. **Le Développement du capitalisme en Russie** (1898/1908). Paris: Éditions sociales, 1974.

LEROI-GOURHAN, André. **Le Geste et la parole**. Tome 1: Technique et langage (1964), Tome 2: La mémoire et les rythmes (1965). Paris: Albin Michel, 1964-1965.

LEVY, Maurice; JOUYET, Jean-Pierre. **L'Économie de l'immatériel, la croissance de demain, novembre**. Paris: La Documentation française, 2006.

MARX, Karl. **Le Capital**: Critique de l'économie politique. Livre I. Paris: Éditions sociales, 1976.

MEUVRET, Jean. **Le Problème des subsistances à l'époque de Louis XIV**. Paris: EHESS, 1988, p. 69.

NICOLAS, Jean. **La Rébellion française**: Mouvements populaires et conscience sociale: 1661-1789. Paris: Le Seuil, 2002.

VILAR, Pierre. La Crise de l'ancien régime. In: **Une Histoire en construction**: approche marxiste et problématiques conjoncturelles. Paris: Hautes études, Gallimard et Le Seuil, 1982, pp. 191-216.